



“Agricultura Familiar guardiã da sociobiodiversidade, pela soberania alimentar, livre de transgênicos e agrotóxicos”

- Carta Política -

Nós, mais de 350 agricultoras e agricultores familiares, lideranças, assessores, educadores e educadoras populares, representantes de organizações que integram a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Via Campesina, nos reunimos na Cidade de Arara-PB, nos dias 14 e 15 de outubro de 2015, na Semana Mundial da Alimentação, para celebrar nossas conquistas em defesa do direito sobre a agrobiodiversidade da agricultura familiar camponesa e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Conhecidas como Sementes da Paixão, Sementes Crioulas, Sementes da Resistência, Sementes da Fatura ou Sementes da Gente, esse patrimônio inalienável constitui um bem comum indispensável para a convivência com o Semiárido em bases agroecológicas, para a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional e para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. O evento foi também uma oportunidade para renovarmos nossas estratégias de ação frente às ameaças de violação desse direito. A VI Festa da Semente da Paixão foi o coroamento de um processo que mobilizou nos últimos meses, em todas as regiões do Semiárido Paraibano, milhares de agricultoras e agricultores articulados à Rede de Bancos de Sementes Comunitários, atualmente composta por mais de 7.000 famílias associadas a mais de 200 bancos distribuídos pelo estado.

A Rede de Bancos de Sementes Comunitários nasceu como resposta à constatação de que as famílias agricultoras vinham perdendo, por diferentes motivos, ano após ano, suas variedades locais de sementes do roçado. Além de serem adaptadas às diferentes condições ambientais, essas sementes atendem às preferências culturais das famílias agricultoras e são ajustadas a seus sistemas de produção. São sementes que contribuem para a autonomia das

famílias agricultoras pois estão disponíveis na hora exata do plantio, evitando, assim, a dependência a programas de distribuição de sementes e a relações de clientelismo historicamente estabelecidas no semiárido brasileiro. As sementes da paixão também compreendem as plantas nativas da caatinga e as raças animais.

Além de sermos guardiões e guardiãs das sementes da paixão, dominamos os conhecimentos sobre o seu uso, com destaque especial para o histórico papel exercido pelas mulheres agricultoras na seleção, conservação e na multiplicação das sementes. A Rede de Bancos e Casas de Sementes Comunitários, construída ao longo de mais de 20 anos de luta, constitui uma das referências mais importantes para a construção de políticas públicas voltadas à conservação e ao uso desse patrimônio indispensável para a convivência com o semiárido com base no fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Nessa trajetória, avanços e desafios devem ser destacados.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) é uma conquista resultante de décadas de mobilização social e da construção de iniciativas autônomas por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de mulheres, correspondendo, portanto, a um reconhecimento oficial do papel da Agroecologia na promoção do desenvolvimento rural.

A PNAPO apresenta como uma de suas virtudes o reconhecimento do papel dos atores locais e de suas organizações na formulação e na execução de políticas públicas. Busca também se afirmar como uma ação pública de natureza intersetorial. Dessa forma, o governo federal pode mobilizar um amplo conjunto de órgãos para uma ação abrangente e coordenada, bem como institucionalizar a perspectiva agroecológica nas diferentes políticas voltadas para a agricultura familiar, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e o desenvolvimento rural.

Entre as conquistas recentes, destacamos o “Sementes do Semiárido”. Esse novo programa da ASA Brasil é coerente com sua estratégia de construção de políticas públicas, que busca inspiração nas experiências acumuladas pelas organizações e redes que atuam na região a partir do princípio da convivência com o semiárido. O programa tem como objetivo criar e/ou a consolidar bancos de sementes comunitários e articulá-los em todo o Semiárido por meio de redes de conservação da agrobiodiversidade. É financiado com recursos públicos e implementado por organizações da sociedade civil. Para que o Sementes do Semiárido se consolide na forma de política pública, torna-se indispensável que o termo de parceria seja renovado para os próximos anos.

Nessa mesma linha situa-se o Programa Ecoforte, iniciativa destinada a fortalecer redes territoriais de promoção da agroecologia já em execução nas diferentes regiões do país.

As compras públicas por meio dos mercados institucionais mostraram-se nos últimos anos ser um mecanismo estratégico de estímulo à auto-organização das famílias agricultoras nos municípios e comunidades, conciliando políticas sociais e econômicas. A criação da modalidade “Sementes” no Programa de Aquisição de Alimentos deve ser ressaltada, uma vez que reconhece a importância das sementes crioulas para o desenvolvimento da agricultura familiar e aciona os mecanismos de compras públicas para fomentar a conservação e uso desses materiais. No entanto, faz-se necessário registrar que as mudanças normativas pelas quais o PAA vem passando inverteram sua lógica original, colocando em risco o movimento virtuoso que viveu o programa até 2013. Seus mecanismos originais, indutores das estratégias de auto-organização para aceder a mercados de abastecimento de alimentos e sementes, vem dando lugar a uma lógica dominada pelo controle exclusivo da decisão e da execução pelos entes oficiais. Entendemos que as diferentes modalidades do PAA, inclusive a Sementes, deve priorizar a produção ofertada pelas organizações produtivas da agricultura familiar, ao invés de colocar demandas a serem atendidas por essas organizações.

Entendemos que parte significativa da agrobiodiversidade é conservada a campo pelos próprios agricultores e agricultoras. Sabemos, contudo, que parte dessa diversidade já foi perdida pelas comunidades mas encontra-se armazenado em bancos de germoplasma de instituições públicas de pesquisa, como a Embrapa. Um dos compromissos assumidos pela Empresa, no contexto da PNAPO, foi o de facilitar o acesso de agricultores organizados a esses materiais de forma que eles voltem a ser cultivados e selecionados. Considerando que essas sementes e demais materiais propagativos em algum momento vieram das comunidades rurais, a abertura dos bancos de germoplasma constitui-se uma restituição aos agricultores. Entendemos ainda que essa abertura deve se processar nos dois sentidos, de forma que os bancos públicos estejam à disposição para que grupos de agricultores aí depositem seus materiais como estratégia complementar de conservação, antecipando-se, por exemplo, a problemas como a contaminação por transgênicos ou a ocorrência de secas prolongadas. Propomos à Embrapa uma parceria com a ASA que viabilize essa iniciativa.

Em edições anteriores de nossas Festas das Sementes da Paixão, os programas estaduais de distribuição de sementes foram fortemente criticados pelo fato de distribuírem grandes quantidades de poucas espécies e poucas variedades, muitas vezes conflitando com as lógicas dos bancos comunitários, ou mesmo distribuindo sementes transgênicas ou pouco adaptadas às condições locais de cultivo.

Esperamos que o anúncio do Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar possa inaugurar um novo patamar de diálogo entre governo federal, governos estaduais e organizações da sociedade civil, articulado aos

programas já em curso voltados para a conservação e uso da agrobiodiversidade. No mesmo sentido, demandamos que o convênio que o Ministério do Desenvolvimento Agrário mantém com a Embrapa amplie o número de espécies e variedades distribuídas por meio dos governos estaduais e que essa distribuição tenha como propósito ampliar a diversidade de materiais manejada pelas redes territoriais de sementes.

Os programas de melhoramento genético de instituições públicas de pesquisa permanecem orientados pelo paradigma da Revolução Verde, produzindo sementes em condições ambientais artificializadas pelo emprego de agroquímicos, gerando dependência dos agricultores ao uso de adubos químicos e agrotóxicos uma vez que só expressam o seu potencial produtivo quando essas condições são reproduzidas nos campos das famílias agricultoras. Defendemos a reorientação do enfoque dos programas de melhoramento para a produção de sementes em bases agroecológicas com participação direta das famílias agricultoras.

A aprovação da Lei nº 7.298/2002, que criou o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários, foi uma conquista da Rede de Banco de Sementes da ASA-PB. Num contexto de avanços substantivos nas políticas nacionais de sementes cobramos a abertura do diálogo com o governo do estado de forma que se reestruture suas políticas de sementes com a participação das organizações da sociedade orientadas para o fortalecimento das redes territoriais de gestão, uso e conservação das sementes da paixão com base nos BSC.

O histórico direito ao livre uso da agrobiodiversidade está sendo severamente ameaçado por iniciativas junto ao Congresso Nacional de setores ligados à indústria de fármacos e cosméticos e ao agronegócio. São iniciativas que impactarão também a saúde da população e a soberania nacional. Entre elas, destacamos: a aprovação da Lei 13.123/2015, que normatiza o acesso ao patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, num claro favorecimento à indústria farmacêutica e ao agronegócio; o PL 1.117/15, que visa autorizar as sementes estéreis (Gurts/Terminator). Exigimos que o direito histórico ao livre uso da biodiversidade pela agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais seja garantido e repudiamos as iniciativas conservadoras lideradas pela bancada ruralista e do agronegócio no Congresso.

Defendemos também que direito à informação e a plena rotulagem de produtos transgênicos seja garantido e reivindicamos que os senadores rejeitem o PLC 34/2015, que derruba a rotulagem desses produtos.

As sementes da paixão estão ameaçadas pela entrada dos transgênicos na Paraíba e em todo o Semiárido. Vê-se, por um lado, a continuada liberação de sementes transgênicas enquanto as pesquisas cada vez mais evidenciam seus efeitos negativos sobre o ambiente e sobre a saúde. Por outro lado, ações como

a venda em balcão, promovida pela Conab, têm introduzido na região milhares de toneladas de milho transgênico. Essa política, que tem como objetivo facilitar o acesso dos produtores à ração animal em períodos de estiagem, ao não informá-los que o material vendido é transgênico, pode estar contribuindo para a contaminação genética das sementes da paixão, bem como para o plantio inadvertido dessas sementes. Como forma de conter essa potencial fonte de contaminação e assegurar o direito à não-contaminação de nossas variedades, demandamos que a Conab estabeleça urgentemente um procedimento de tratamento físico desses grãos de forma a inviabilizar sua germinação, identificando essas cargas como transgênicas. Defendemos também a instituição de mecanismos de estímulo aquisição de grãos convencionais para atender às demandas da venda em balcão com alimentos livres de transgênicos.

Frente à ameaça dos transgênicos, o papel histórico dos guardiões e guardiãs da biodiversidade precisa ser fortalecido. É imperativa a construção de estratégias coletivas e comunitárias de defesa de nosso patrimônio. Nos comprometemos a fortalecer a constituição de comunidades guardiãs da biodiversidade, livre dos transgênicos e dos agrotóxicos.

A ameaça sobre os recursos genéticos é ainda mais severa quando se trata de raças de animais. A criação de animais de raças adaptadas se constitui numa estratégia insubstituível para a convivência com o semiárido. O avanço do agronegócio com a disseminação de raças ditas melhoradas de aves, suínos, caprino e ovinos em sistemas dependentes de ração, antibióticos e remédios industriais, tem produzido danos irreparáveis a este valioso patrimônio. Um exemplo disso é expansão da avicultura intensiva integrada ao agronegócio que tem promovido a desestruturação dos sistemas diversificados de produção de aves nos quintais produtivos, afetando diretamente a inserção econômica e produtiva das mulheres, essencial para a segurança alimentar e geração de renda das famílias. As políticas públicas dirigidas aos sistemas de criação animal têm responsabilidade direta sobre este quadro. Reivindicamos que as instituições públicas de pesquisa, extensão e de financiamento reorientem suas políticas de forma a valorizar as experiências já acumuladas de convivência semiárido.

A dependência das sementes de hortaliças produzida pelas grandes empresas se constitui num dos principais obstáculos para a autonomia das agricultoras e agricultores. Cobramos que as instituições públicas de pesquisa mobilizem suas competências e estrutura para que as comunidades agricultoras possam dominar as técnicas de seleção e multiplicação de sementes de hortaliças.

A recomposição de estrato arbóreo é base essencial para a regeneração produtiva dos agroecossistemas. Nesse sentido, defendemos que as políticas públicas ampliem e fortaleçam as redes de viveiros, como também a rede de agricultoras e agricultores coletores de sementes florestais e frutíferas.

O modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal vem sistematicamente colocando na invisibilidade e desqualificando o papel histórico das mulheres agricultoras de exímias guardiãs da biodiversidade. As bases para a construção de um modelo mais justo só serão alcançadas com o fim das desigualdades entre gêneros e com o fortalecimento do protagonismo das mulheres agricultoras na construção de um novo projeto.

Reiteramos a importância do protagonismo da juventude camponesa, herdeira do legado de seus pais e avós no uso e conservação deste valioso patrimônio genético.

Não é somente a agrobiodiversidade que está ameaçada. O avanço do agrohidronegócio e da mineração vem ganhando vigor nos últimos anos e promovendo a expulsão e morte das famílias agricultoras, povos indígenas e comunidades tradicionais de seus territórios. O direito à terra, ao território, à água, às sementes e à própria vida vem sendo violado diariamente. Denunciamos firmemente o descaso do Estado brasileiro com os seguidos assassinatos dos povos indígenas e em especial ao povo Guarani Kaiowá e exigimos uma ação imediata do Estado que promova a justiça e a defesa de nossos povos ancestrais.

Na semana em que é celebrado o dia mundial da alimentação, juntamos nossas forças ao Consea em defesa da comida de verdade no campo e na cidade. Avançar nesse sentido significa necessariamente enfrentar o alarmante quadro de uso de agrotóxicos no Brasil. Assim, cobramos do Governo Federal o lançamento e implementação imediatos do Pronara – Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos.

Manifestamo-nos contra qualquer ameaça sobre a democracia e retirada de direitos duramente conquistados. Reafirmamos a necessidade de continuarmos ativos e vigilantes, mantendo a disposição para lutar em defesa dos princípios democráticos e pela agroecologia.

Saímos fortalecidos de nossa VI Festa e manifestamos nossa luta permanente em defesa *Agricultura Familiar, guardiã da sociobiodiversidade, pela soberania alimentar, livre de transgênicos e agrotóxicos”!!*

Arara, Paraíba, 15 de outubro de 2015.